



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
PRESIDÊNCIA

AGRAVO INTERNO NO PRECATÓRIO N.º 0021199-56.2001.815.0000

CREDOR : WELLINGTON HERMES VASCONCELOS DE AGUIAR e outros
ADVOGADO : FRANCISCO PEREIRA S. GADELHA, OAB/PB N.9.542 e
outros
DEVEDOR : ESTADO DA PARAÍBA
REMETENTE : JUÍZO DA 3.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

ACÓRDÃO

AGRAVO INTERNO. PRECATÓRIO. DECISÃO PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 284 DO RI/TJPB. PRAZO RECURSAL. IRRESIGNAÇÃO TEMPESTIVA. RECURSO ADMISSÍVEL E CONHECIDO.

De acordo com o art. 284¹ c/c Art.337 do Regimento Interno deste Sinédrio, as decisões proferidas pelos Presidentes dos Tribunais, que causarem prejuízo ao direito das partes, são impugnáveis através de agravo interno no prazo de 05(cinco) dias.

MÉRITO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E *TEMPUS REGIT ACTUM*. VIOLAÇÃO CONFIGURADA. INÍCIO DO PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO E BASE DE CÁLCULO PARA INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DATA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. DEFERIDA. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS, NOS

¹ Art. 284. Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Regimento, são impugnáveis por agravo interno, no prazo de cinco dias²⁴⁴, os despachos e decisões do relator e dos Presidentes do Tribunal, do Conselho da Magistratura e das Câmaras, que causarem prejuízo ao direito da parte.

TERMOS DA EC Nº62/09. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELO STF. MANTIDA NO JULGAMENTO QUE MODULOU OS EFEITOS. POSSIBILIDADE. AÇÃO JULGADA ANTES DA EDIÇÃO DA MP 2.180-10/01. JUROS 12% AO ANO. *TEMPUS REGIT ACTUM*. RECONHECIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA INPC E APÓS EC 62/09 APLICAÇÃO DA TR. MANUTENÇÃO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E DESCONTOS DO IRPF. FATO CONSUMADO. IMUTABILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

Na ausência de fixação dos percentuais de atualização no dispositivo da sentença ou do acórdão, bem como na decisão dos embargos à execução, quanto os valores e percentuais de atualização e juros de mora, deve-se prevalecer as normas gerais vigentes na época inerentes a matéria – *tempus regit actum*. Por isto, é de se reconhecer a possibilidade ajuste nos cálculos do precatório, principalmente quando não realizados em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para aplicação da taxa de 12% a.a. nas condenações contra a Fazenda Pública anteriores a vigência da Medida Provisória n. 2.180-35/01, até o advento da EC n.62/09, observada a Súmula STF n.121.

Quanto o argumento de que não tenha havido o pagamento do precatório no prazo constitucional, como no caso concreto, a Súmula Vinculante n.17 do STF é suficientemente clara ao delimitar o período em que não deverá incidir juros de mora, de forma que o não pagamento no tempo orçamentário devido não é capaz, por si só, de permitir que se contem os juros moratórios ininterruptamente a partir da origem, como se aquela fosse uma “cláusula resolutiva”, ou seja, durante o período da graça constitucional que a Súmula acoberta.

Com efeito, é cediço que a Corte Plenária do Excelso Pretório, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de n.ºs 4357 e 4425, reconheceu a inconstitucionalidade do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº62/2009 que adotou a TR - Taxa Referencial, como índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, entretanto firmou em julgamento quando modulou os efeitos que a modificação para o IPCA-E seria apenas a partir de 25/ março/2015, mantendo a aplicação pretérita da TR.

Tudo conforme tinha decidido o Ministro Luiz Fux, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4425-DF quando determinou “*ad cautelam*”, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal dessem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro”.

As retenções previdenciárias e de Imposto de Renda são feitas de acordo com as normas de regência de caráter especial, em que o Tribunal é apenas um cumpridor, não estando dentro da sua discricionariedade o cumprimento da mesmas, por isto, é matéria alheia a competência da decisão na seara administrativa. *In casu*, já tendo sido recolhidas, a competência é dos órgãos destinatários dos respectivos valores.

Assim, é de se dar provimento parcial ao Agravo Interno.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os autos acima identificados, ACORDA o Tribunal de Justiça, em Sessão Plenária, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo interno. Sendo que o Dr. Giovanni Magalhães Porto, entendendo que se trata de matéria exclusivamente administrativa, em que não houve preclusão para apreciação de vícios de cálculos pela autoridade, cujo ato foi atacado pelo presente Agravo Interno, acompanhou parcialmente o relator para manter a decisão guerreada, no tocante ao recolhimento da contribuição previdenciária, na forma de incidência da correção monetária já recolhida e na impossibilidade de contagem de juros no período da graça. Todavia, divergiu do voto do relator, para dar provimento ao Agravo Interno, no sentido de alterar a decisão agravada, de modo que a incidência do Imposto de Renda se faça pelo regime de competência (RRA), e não de caixa, em relação à eventual resíduo, que também deverá incidir contribuição previdenciária, se existente; Bem como, em relação à taxa de juros de mora, quando esta não constar do dispositivo da sentença, na forma da Súmula 254, do STF, deveria incidir com esteio na decisão do Supremo Tribunal Federal no *Leading Case*, do AI 842.063/RS, de modo a aplicar a taxa de 0,5% ao mês, perfazendo 6% ao ano, desde a edição da MP n.2.180-35/01, (27.08.2001), até a promulgação da EC n.62/2009, quando passaria a ser remunerado pelos juros da caderneta de poupança, até a data do efetivo pagamento do precatório complementar.

RELATÓRIO.

Trata-se de **AGRAVO INTERNO** interposto por WELLINGTON HERMES VASCONCELOS DE AGUIAR e outros contra decisão de fls.178/180 que, nos

autos do vertente precatório, indeferiu a impugnação ofertada e homologou os cálculos apresentados pela Gerência de Precatórios.

Foram levantados os *valores incontroversos* e por se encontrar o ente público devedor no Regime Especial de precatórios, nada obsta ter sido dado continuidade ao pagamento da lista cronológica constitucional, pois é o entendimento pacífico da doutrina e jurisprudência de que o Agravo Interno não possui efeito suspensivo para impedir a continuidade dos pagamentos.

A título de esclarecimento, registra que o precatório em evidência foi requisitado pelo juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital em 14/novembro/2001, pelo Ofício n.709/2001, inerente ao Processo Judicial n.200.1998.021.199-5, recebido em 05/dezembro/2001, mas, apenas, vindo a ser expedido para o exercício orçamentário do ano de 2004.

Nas suas razões, insurgem-se os agravantes, em síntese, aos seguintes aspectos no requerimento final:

- a) Pede a reforma do despacho (fls. 178/180) que homologou os cálculos de fls.151, e a declaração incidental da inconstitucionalidade dos dispositivos da Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil n.62, que tratam sobre os juros moratórios e correção monetária, para que seja efetivado o pagamento do presente precatório obediente à atualização constante da Planilha de Cálculos oferecida pelo credor, em anexo a sua impugnação aos cálculos, incluindo-se os honorários advocatícios da sentença dos embargos e retirando-se os descontos indevidos da previdência e do imposto de renda; ou,
- b) Que a própria Gerência de Precatórios refaça a atualização, obedientes, desta feita, às razões fáticas e jurídicas aqui defendidas, desta feita corrigindo os cálculos apresentados às fls.**53 (leia-se 151)**, utilizando o índice de correção pelo INPC coletado de órgão competente, como o IBGE ou BACEN, bem como a aplicação dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês até o final pagamento do precatório, considerando-se também os meses devidos a título de juros moratórios desconsiderados, ou seja, no primeiro período omitido de **01 de março de 2001** (data da última atualização dos cálculos antes da execução) **a novembro de 2001** (período que deveria ter sido incluído em razão do Estado não ter efetuado o pagamento dentro do período legal do exercício do precatório) e de **dezembro de 2002 a dezembro de 2004** (período que deveria ter sido incluído em razão do Estado não ter efetuado o pagamento dentro do período legal do exercício do precatório), bem como dos honorários da sentença dos embargos do devedor;
- c) Que não seja efetivado qualquer desconto relativo a contribuição previdenciária;
- d) Que com relação ao desconto do IRPF seja obedecido o que determina o Art.27 da Lei n.10.833/2003, bem como, o que estabelece a jurisprudência dominante, e a Instrução Normativa n.1.127/11, da Receita

Federal do Brasil, que dispõe sobre os cálculos da exação incidente sobre rendimentos recebidos acumuladamente – RRA, debitando-se apenas o valor que regularmente já se vinha debitando da ordem de 3% (três por cento);

- e) enfim, protesta pela produção de outras provas admitidas em direito, **sobretudo, pela juntada, por requisição deste Tribunal de Justiça, dos autos relativos à ação de conhecimento e aos embargos opostos pelo Devedor, pedido também desconsiderado pelo Juiz Gestor dos Precatórios.**

Inicialmente, foi determinado o sobrestamento do presente Agravo em face da decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a EC n.62/2009. Entretanto, nos autos do processo o DD. Relator Ministro Luiz Fux proferiu a seguinte decisão cautelar:

Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4.425 – DF : “Destarte, determino, *ad cautelam*, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro” – 11/04/2013.

Intimado o Estado da Paraíba para apresentar as contrarrazões ao Recurso em tela, assim pugnou:

[...] comprovado que inexistente qualquer fundamento fático e jurídico no pedido formulado pela parte AGRAVANTE, o Estado da Paraíba, ora AGRAVADO requer a Vossa Excelência que se digne em julgar TOTALMENTE IMPROVIDO o Agravo Interno interposto pela Recorrente, mantendo-se a decisão agravada e os cálculos de atualização do presente precatório.

Em cumprimento a decisão do DD. Ministro Relator, e considerando a modulação dos efeitos do julgamento das ADIs 4.357 e 4.425 pelo STF, foi incluído na pauta de julgamento nos termos do art.1.021, § 2º, do NCPC, tendo o Tribunal de Justiça na sua composição Plenária decidido:

“O Tribunal, apreciando questão de ordem levantada pelo Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos decidiu, por unanimidade, pela convocação de juízes desimpedidos, iniciando-se pela Comarca da Capital, em razão de impedimentos e suspeições da maioria de seus integrantes, para julgamento do recurso em referência, na forma do art.50-A do Regimento Interno, sendo que o Des. João Benedito da Silva, não se declarou suspeito, nem impedido”.

Convocados os magistrados pelo Tribunal Pleno do TJPB, foi pautado em sessão extraordinária de julgamento.

É o relatório.

Voto.

Do juízo de admissibilidade do recurso:

De acordo com os arts. 284² e 337 do Regimento Interno deste Sodalício, as decisões proferidas pelos Presidentes dos Tribunais, que causarem prejuízo ao direito das partes são impugnáveis, através de agravo interno, no prazo de 05(cinco) dias.

Isso posto, o agravo é admissível e tempestivo, porquanto merece ser conhecido.

Mérito:

Cuida-se de irresignação aviada por WELLINGTON HERMES VASCONCELOS DE AGUIAR e outros contra decisão proferida pela Presidência desta Corte (fls.178/180), a qual resultou no indeferimento da impugnação apresentada pelos agravantes e homologação dos cálculos elaborados pela Gerência de Precatórios para determinar o pagamento da quantia de R\$ 547.097,39 (quinhentos e quarenta e sete mil, e noventa e sete reais, e trinta e nove centavos), relativo ao precatório incluído no orçamento do ano de 2004 do **Estado da Paraíba**, e R\$ 113.174,24 (cento e treze mil, cento e setenta e quatro reais, e vinte e quatro centavos) relativos aos honorários advocatícios sucumbenciais.

Nas razões do Agravo, afirma-se terem havido diversos erros e violações aos princípios de *tempus regit actum* e segurança jurídica, a saber: a) aplicação do percentual de 0,5%(meio por cento)ao mês e somente a partir de 01 de janeiro de 2005; b) descon sideração dos juros moratórios no período 01 de março de 2001 a 31 de dezembro de 2004; c) descontos de valores tidos como previdenciários da verba alimentar e incidência do referido descontos sobre valores de caráter indenizatório; d) retirada indevida dos cálculos de verba honorária sucumbencial arbitrada na sentença dos embargos à execução; e) retenção de verba indevida a título de IRPF; f) descon sideração pretérita do pedido de declaração de inconstitucionalidade da EC n.º 62/09 e g) aplicação de índices de correção monetária diversos dos percentuais instituídos pelo Banco Central do Brasil.

a) dos Juros moratórios

Da análise do encarte processual, verifica-se que a matéria versada se refere à quitação do débito de responsabilidade da Fazenda Pública Estadual, advindo do trânsito em julgado de decisão proferida em Ação de Cobrança proposta por Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar contra o Estado da Paraíba, julgada em 29 de junho de 1999 cuja sentença decidiu:

“[...] **AA LUZ DO EXPOSTO**, julgo procedente a ação, para condenar, como condeno, o Estado da Paraíba, a pagar ao(à) autor(a) a diferença dos 10% da categoria imediatamente superior, referente aos meses atrasados de 1º Fevereiro de 1993 até 30 setembro de 1997,

² Art. 284. Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Regimento, são impugnáveis por agravo interno, no prazo de cinco dias²⁴⁴, os despachos e decisões do relator e dos Presidentes do Tribunal, do Conselho da Magistratura e das Câmaras, que causarem prejuízo ao direito da parte.

incluindo-se as diferenças do 13º Salário, 1/3 de férias, anuênios, salário família e de quaisquer outras gratificações ou vantagens pecuniárias e pessoais, que o(a) promovente tem direito, durante o referido período, tudo apurado em liquidação de sentença, com juros moratórios e correção monetária, calculado, mês a mês, como requerido na inicial.

Condeno ainda, o réu a ressarcir o valor que o autor(a) pagou, por antecipação, de custas processuais, taxa judiciária e demais despesas com diligências do processo e honorários de advogado(a) que arbitro em 20% sobre valor da condenação. [...]"

Considerou-se os moldes do pedido inicial, onde os Agravantes se referiram aos juros legais, logo, por isto, os índices de atualização mencionada na planilha de cálculos, do setor de precatórios do TJPB, foram embasados na legislação pátria vigente tendo como parâmetro o Código Civil brasileiro, inicialmente, e em seguida pela Emenda Constitucional nº 62/09, método este de interpretação recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça quando da Inspeção realizada neste Sinédrio. Entretanto, a jurisprudência dos tribunais superiores aplicavam, naquela época, o princípio da especialidade para afastar a aplicação do Código Civil.

Destacando-se o caráter não judicial do processo de precatório, como esclarece a Súmula STJ n.311, nada obsta, em juízo colegiado de retratação administrativa, por consequência do instrumento regimental do Agravo Interno, possa rever, em parte, entendimento anterior - exercido de boa fé - e na busca irrestrita de acertar, em prol da construção do justo.

Por isto, importante frisar que não foi analisada naquela ocasião, talvez por lapso, a eficácia da sentença proferida de acordo com a legislação da época; o que faz coisa julgada, independentemente da fixação expressa de taxas de juros moratórios e índice de correção monetária, pois o texto da lei de regência então vigente já o fazia, sendo desnecessária a sua transcrição – *tempus regit actum* e princípio da especialidade das normas.

Anota Hamid Charaf Bdine Jr o seguinte:

“Os juros legais, segundo boa doutrina, ‘sempre se consideram incluídos no pedido (art.293). E, neste caso, mesmo que a sentença a eles não se refira, serão devidos, a partir da constituição em mora do devedor, **pois o preceito é de direito material** (art.1.064 do CC). Tanto é verdade que a lei os manda incluir não no pedido, mas no principal’. Logo, possível a inclusão, em segundo grau, dos juros legais, mesmo que não haja recurso nesse sentido e a sentença não tenha deles tratado”. (Código Civil Comentado, Coordenado pelo Ministro Cezar Peluso. 4.ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2010, p.454) **(grifo nosso)**

Ou seja, **no tocante aos juros de mora**, a sentença do processo de conhecimento foi proferida em 29 de junho de 1999, antes da edição da Medida Provisória n. 2.180-35/01, quando os juros de mora contra a Fazenda Pública era, pacificamente, reconhecido e aplicado pela jurisprudência dos tribunais superiores, em 1% (um por cento) a.m., nos termos do art.3º do Decreto-Lei 2.322/87. Sendo, pois, o que deve prevalecer para se harmonizar com o entendimento reiterado do Superior Tribunal de Justiça :

In verbis:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA. LEI 10.405/2002. EXTENSÃO AOS INATIVOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.020/00. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO DEVIDO PAGAMENTO. PRECEDENTES. JUROS DE MORA. PERCENTUAL DE 12% AO ANO. AÇÃO AJUIZADA DIAS ANTES DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/01. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA. 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O entendimento firmado pelo STJ é de que a Gratificação de Incentivo à Docência- GID-, também é devida aos servidores inativos, conforme art. 5o, § 2o, da MP 2.020/2000, em sua redação original, ainda que a mencionada MP, em razão da sua reedição de número um, não tenha contemplado com a GID os servidores inativos.

2. A jurisprudência do STJ firmou entendimento de que a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento.

3. No tocante aos juros de mora, a ação fora ajuizada dias antes da edição da Medida Provisória 2180-35/2001, por isso os juros de mora devem ser fixados no percentual de 12 % ao ano, conforme asseverado na decisão agravada.

4. A jurisprudência do STJ admite ao magistrado, vencida a Fazenda Pública, fixar a verba honorária entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% previsto no caput do § 3o.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp 692821 / SC - 2004/0142669-3, T6 – Rel. Ministro CELSO LIMONGI , DJe 22/06/2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EX-FERROVIÁRIO. LEI Nº 8.186/91. CELETISTAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIREITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUROS DE MORA DE 12% AO ANO.

1. (...)

2. A jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça posiciona-se no sentido de que os juros moratórios sobre as condenações contra a Fazenda Pública, nas causas iniciadas antes da edição da Medida Provisória n.º 2.180-35/01, devem incidir no percentual de 12% ao ano.

3. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no REsp 1005379 / PR, 5ª Turma, Min. Rel. Og Fernandes, DJU 06/04/2009)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME.

IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. POSSE EM NOVO CARGO. MANUTENÇÃO DA LOCALIDADE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. INEXISTÊNCIA. "GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL – GEL" TRANSFORMADA EM VPNI. SUPRESSÃO. ILEGALIDADE. **AÇÃO AJUIZADA ANTES DA EDIÇÃO DA MP 2.180-10/01. JUROS. 12% AO ANO.** CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA EM QUE A VANTAGEM DEIXOU DE SER PAGA. HONORÁRIOS. CONDENAÇÃO EM PERCENTUAL FIXO. POSSIBILIDADE. QUANTUM. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. (...)2. (...)3. (...)4. (...)

5. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento. Precedente do STJ.

6. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, embora devam os honorários advocatícios ser fixados de forma equitativa, segundo o art. 20, § 4o, do CPC, é possível ao magistrado fixar a verba honorária entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% previsto no caput do § 3o.

7. (...)

8. Recurso especial conhecido e improvido.

(STJ - REsp 831577/RS, 5a Turma, Min. Rel. Arnaldo Esteves Lima, DJU 01/09/2008)

Assim, não havendo, como não houve, modificação da decisão do processo de conhecimento, o percentual dos juros de mora a ser aplicado, é o de acordo com a norma e jurisprudências vigentes da época da sentença de mérito, que reconheceu o direito em tela no processo de conhecimento – *tempus regit actum* - associado ao princípio da especialidade das normas. Pois, quando há norma especial para reger determinada matéria, é imperativo não se aplicar a norma geral, como o foi na situação posta a julgamento.

O princípio da especialidade versa que uma norma especial acrescenta elemento próprio à descrição típica prevista. Este princípio determina que haverá a prevalência da norma especial sobre a geral, evitando o *bis in idem*, e, pode ser estabelecido *in abstracto*, enquanto os outros princípios exigem o confronto *in concreto* das leis que definem o mesmo fato.

Quanto ao princípio *tempus regit actum*, ao julgar o REsp 1.205.946/SP, cuja tramitação observou a regra dos Recursos Repetitivos prevista no art. 543-C do [Código de Processo Civil/73](#) (art.1.036, do NCP/15), a Corte Especial do STJ reafirmou a natureza de norma processual, contudo entendeu que nova redação do art. 1º-F não poderia atingir fatos anteriores à sua vigência:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS

PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos REsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, **sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.**

3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n.2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.

4. **Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.**

5. [...]

6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

7. Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.

8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos.³

(grifo nosso)

Ressalte-se que na fundamentação do Acórdão supra³, consta:

“[...] Nos feitos em que se discutia a aplicação da redação original do art. 1-F da Lei 9.494/97, a Terceira Seção desta Corte, então competente para o julgamento dos recursos afetos a servidores públicos, no bojo Recurso Especial n. 1.086.944/SP, submetido ao rito do artigo 543-C do CPC, em razão da natureza repetitiva da *quaestio iuris*, **firmou entendimento no sentido de que as modificações legislativas impostas pela Medida Provisória 2.180-35/01, por terem natureza de norma instrumental, com**

³ REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012;

reflexos na esfera jurídico-material das partes, somente são aplicáveis às ações ajuizadas posteriormente à sua vigência, ou seja, 24.08.2001.

A ementa do referido julgado consta assim redigida, in verbis:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. JUROS MORATÓRIOS. FAZENDA PÚBLICA. DÉBITO EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. AÇÃO AJUIZADA APÓS À EDIÇÃO DA MP Nº 2.180/01. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO.

1. O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor. Inaplicabilidade do art. 406 do Código Civil de 2002. Precedentes.

2. Constitucionalidade do art. 1º-F, da Lei 9.494/97 declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Ressalva do ponto de vista da relatora.

3. Recurso especial provido.

A respeito das alterações advindas da Lei 11.960/2009, a jurisprudência da Terceira Seção, *mutatis mutandis* do que fora decidido anteriormente, tem pronunciado que a nova redação do art. 1º-F da Lei 9494/1997, dada pela aludida lei, não pode ser aplicada aos feitos em curso, já que se trata de norma de natureza instrumental e material. Tal entendimento sedimenta-se no fundamento de que a regra inserta na Lei nº 11.960/2009 tem a mesma natureza jurídica da MP 2.180-35/01, incidindo somente aos feitos iniciados posteriormente à sua vigência.[...]” (grifo nosso)

Em que pese o Supremo Tribunal Federal em 16/06/2011 (Repercussão Geral no AI n.842.063/RS), em sede de Repercussão Geral, tenha decidido que o art.1º.-F da Lei 9.494/97, aplica-se as ações ajuizadas antes de sua vigência, é de se interpretar, que não se aplica à sentença proferida antes da edição da MP 2.180-35/2001, uma vez que consoante a norma da época, o processo, em primeiro grau, encerrava-se com a sentença de mérito, e se esta não foi reformada pelas instâncias superiores faz coisa julgada material, segundo a própria Suprema Corte brasileira:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. As razões deduzidas no agravo não são capazes de desconstituir os fundamentos da decisão ora impugnada. 2. **Por outro lado, tratando-se de pleito que visa a definir o alcance do dispositivo de sentença transitada em julgado, também se mostra incabível o acolhimento em recurso extraordinário,** por se tratar de questão de natureza jurídica infraconstitucional, que desafiaria recurso especial. A questão só poderia ser alçada ao crivo do Supremo mediante recurso de pronunciamento de colegiado do Superior Tribunal de Justiça, em última instância. Todavia, o recurso especial foi desprovido e já certificado o trânsito em julgado. [...]. 3. A arguição do agravo demonstra inconformismo com a conclusão proferida na ponderação entre a norma do art.5º ,XXXVI e do artigo 100, §1º , ambas da Constituição de 1988, e o Verbete Vinculante n.

17. Isto é, pretende nova interpretação, que equivale a novo julgamento da causa, medida notadamente inviável. 4. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF – RE 651.134-AgR, Relator o Min. Luiz Fux, T1, DJe 08/11/2012). (grifos nossos)

O bom senso conduz para se interpretar que a redução do percentual dos juros moratórios por força do Art.1º-F da referida lei, apenas deve ser aplicado nos processos que ainda não tinham sido proferidas sentenças de mérito ao tempo da edição da Medida Provisória. Independentemente do trânsito em julgado do *decisum*, quando não houve qualquer modificação na sua essência meritória. Pois, é impossível a rediscussão da coisa julgada material: “*Sob pretexto de contrariar a jurisprudência, não pode ser descumprida sentença recoberta por coisa julgada material*”(STF – AI 618.795-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, T2, DJe 1º.4.2011).

Logo, os juros moratórios deveriam ter sido aplicados no percentual de 1% (um por cento) ao mês, durante o período cabível, ou seja, da data da conta de liquidação – 01/03/2001 - fls.126 – até 1º de julho de 2003, e de 01 de janeiro de 2005 até 10/12/2009, vigência da EC n.62/2009; e a partir de então com a taxa dos juros da caderneta de poupança (0,5% a.m.) até o efetivo pagamento em 13/11/2013 (fls.188, 190 e 192).

Nesta vertente, está o Parágrafo Único do art.741, do CPC/73 ou § 5º do art.535, do NCPC/15, uma vez que, apenas reconhece inexecutível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional ou declarado incompatível com a constituição, por decisão do Supremo Tribunal Federal, assim, a coisa julgada só perde a sua força de **direito fundamental** por ato jurisdicional do STF, e nunca por força de simples lei – Inciso XXXV, art.5º. da Magna Carta. Ademais, o enfrentamento recente da matéria pelo Supremo Tribunal Federal foi no sentido da integral reposição das perdas econômico-financeiras nos precatórios.

Consonante com este princípio, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça instituiu na Resolução n.115/2010, art.36, o seguinte:

§3º.A atualização dos valores dos precatórios até a publicação da Emenda Constitucional 62/09 deverá ser feita na forma das decisões judiciais que os originaram, respeitados os índices de correção monetária, os juros a qualquer título e outras verbas ou penalidades eventualmente fixadas.

O termo da incidência dos juros moratórios é estipulado tendo por parâmetro a vigência da EC n.62/2009, pois não há direito adquirido contra a constituição, estancando, assim, o direito de se perpetuar, no tempo, o direito aplicado na data da sentença, por força de imperativo constitucional, mesmo, *a posteriori* tendo sido declarado inconstitucional a EC n.62/09, o STF ao modular, atribuiu o efeito *ex nunc*, à declaração de inconstitucionalidade, determinando a manutenção das regras pretéritas até a data do julgamento da modulação (25/03/2015). **Assim, o pedido de declaração incidental de inconstitucionalidade da EC n.62/09, está prejudicado, posto o Tribunal Constitucional pátrio já o fez, não havendo possibilidade legal da instância comum se contrapor ao que pela Suprema Corte fora firmado.**

Quanto a incidência dos juros de mora no período da “graça constitucional”, nos termos da Súmula Vinculante n. 17, vale destacar, que o Supremo Tribunal Federal tem

reiterado o entendimento, que não incidem os juros de mora, durante o período compreendido entre a data da expedição do precatório (1º de julho) até o final do exercício seguinte (31 de dezembro do ano subsequente), por não se tratar de condição resolutiva, mas, prazo legal de previsão e cumprimento de orçamento, donde se brinda a Fazenda com a possibilidade de pagamento do precatório, sem que neste ínterim incidam juros moratórios:

“Esse entendimento está em harmonia com a SV n.17, na qual consagra o entendimento do STF no sentido de que não incidem juros de mora no precatório durante o prazo constitucional previsto para seu pagamento.” (STF - AG. REG. Na Reclamação 13.684 – SP, 28/10/2014)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PRECATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. O Supremo Tribunal Federal afastou a caracterização da mora no prazo constitucional para pagamento de precatórios, e não há que se falar em incidência de juros de mora. Tampouco há ofensa à coisa julgada, pois a determinação judicial ao pagamento de juros moratórios será observada sempre que se verificar a demora injustificada” (RE 589.513/RS-ED, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 11/03/2011).

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL NÃO PREENCHIDOS. ART. 546, II, DO CPC. ART. 330 DO RISTF. DISSENSO JURISPRUDENCIAL INTERNA CORPORIS NÃO DEMONSTRADO. JURISPRUDÊNCIA DO PLENÁRIO FIRMADA NO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. SÚMULA VINCULANTE Nº 17. NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ART. 332 DO RISTF.

- 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal consagrou, em repercussão geral, o entendimento de que não incidem juros de mora sobre precatórios durante o prazo previsto na redação original do art. 100, § 1º, da Constituição da República (art. 100, § 5º, da redação da Emenda Constitucional nº 62/2009) para o seu pagamento. Precedente: RE 591.085/MS (DJe 20.2.2009). Orientação sedimentada na Súmula Vinculante nº 17. Firmada a jurisprudência do Plenário da Corte no sentido da decisão embargada, são incabíveis os embargos (art. 332 do RISTF).**

2. Agravo regimental conhecido e não provido⁴.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. PAGAMENTO EM DESACORDO COM O ARTIGO 100, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO NO RE N. 591.085-RG.

⁴ STF - Recurso Extraordinário 577.465 RS, Rela. MINa. ROSA WEBER, 32/09/2016

SÚMULA VINCULANTE N. 17 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DIVERGÊNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. 1. **Os juros moratórios não são devidos no período compreendido entre a data de expedição do precatório e a do efetivo pagamento, se realizado no prazo estipulado constitucionalmente (artigo 100, § 1º, da CF). Assim, somente se descumprido o prazo constitucional previsto para o pagamento dos precatórios, qual seja, até o final do exercício seguinte, poder-se-ia falar em mora e, em consequência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento** (RE n. 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 3.10.03). (Precedentes: RE n. 305.186, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 18.10.02; RE n. 372.190 - AgR, Relator a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 07.11.03; RE n. 393.737 - AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, 1º Turma, DJ de 06.02.04; RE n. 420.163 - AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ de 13.8.04; RE n. 393.111 - AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 11.2.05; e RE n. 502.901 - AgR, Relator o Ministro Eros Grau, 2ª Turma, DJ de 13.08.04). 2. O Sistema processual adotado pelo código de processo civil, conferindo força à jurisprudência do E. STF no sentido de submeter as cortes inferiores ao seu entendimento nos casos de repercussão geral, aproxima-se do regime vigorante na *common law*, que, em essência, prestigia a isonomia e a segurança jurídica, cláusulas pétreas inafastáveis de todo e qualquer julgamento. 3. Por ocasião do julgamento do RE n. 591.085-RG, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 17.02.09, o Pleno desta Corte reconheceu a existência de repercussão geral da presente questão constitucional e ratificou o entendimento ora firmado pelo STF sobre o tema. Posteriormente o Tribunal editou a Súmula Vinculante n. 17, *verbis*: Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos. 4. Consectariamente, não incide juros de mora no período compreendido entre a data de expedição do precatório e a do efetivo pagamento, se realizado no prazo estipulado constitucionalmente (artigo 100, § 1º, da CF), máxime por que a *res judicata* incide sobre o núcleo declaratório do julgado não incidindo em meros cálculos aritméticos para cuja elaboração revela-se indiferente qualquer ato de cognição com cunho de definitividade. 5. *In casu*, o acórdão recorrido assentou: REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMULAÇÃO COM AQUELES FIXADOS EM EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO QUE DETERMINA INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO DA DÍVIDA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Os embargos à execução constituem verdadeira ação de conhecimento que objetiva a desconstituição do título executivo. 2. Tratando-se de ação autônoma, não há falar em substituição dos honorários advocatícios fixados na execução de sentença por aqueles arbitrados nos embargos à execução, por serem tais honorários independentes e cumulativos. 3. Havendo título judicial exequendo determinando, expressamente, a incidência de juros de mora até a data do efetivo pagamento, não cabe a exclusão de referida parcela dos cálculos para expedição de precatório

complementar, sob pena de violação à coisa julgada. 4. Agravo regimental improvido. 6. Dou provimento ao agravo regimental, a fim de conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento.⁵⁴:

A não incidência de juros de mora nesse período ocorre, justamente, porque nele não existe mora, por força de imperativo constitucional, e, isso se mantém independente de quando ocorrer o pagamento do precatório. De modo que, se o precatório não for pago nos dezoito meses, só voltam, os juros, a incidir a partir de 01 de janeiro do segundo exercício financeiro subsequente ao da expedição do precatório.

Destarte, não prospera a pretensão dos agravantes de submeter a não incidência dos juros de mora prevista na Súmula Vinculante n.17 do STF a uma condição resolutiva, a qual seria o pagamento dentro do prazo da “graça constitucional”, como já dito. Uma vez que, o não pagamento no tempo devido não é capaz, por si só, de permitir que se volte a contar os juros moratórios ininterruptamente a partir da conta de liquidação. Conforme se verifica no julgamento da Rcl 15.881-AgR/MG, relatada pela Ministra Cármen Lúcia, publicada em 17/09/2012, no Supremo Tribunal Federal :

“[...] No caso em exame, não foram aplicados juros moratórios no período compreendido entre a data final para a requisição do precatório e o último dia do exercício no qual o pagamento deveria ser realizado, a evidenciar a inexistência da alegada afronta à Súmula Vinculante n. 17 do Supremo Tribunal Federal.

Na espécie, o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assentou que, 'quanto ao período liquidado dos juros moratórios, também não existe correção a ser feita. Ora, existe um período, conforme está na liquidação que não contempla esses juros, já que eles não têm mesmo incidência. Esse período é o do espaço de tempo compreendido entre a data da expedição do precatório e a do seu vencimento' (doc. 8).

Esse entendimento está em harmonia com a Súmula Vinculante n. 17 e com os precedentes deste Supremo Tribunal que deram origem a essa Súmula, pois não incidem juros de mora no precatório durante o prazo constitucional previsto para o seu pagamento [...].

No entanto, verifica-se que a Gerência de Precatórios ao proceder a atualização dos cálculos do presente precatório, elasteceu o período de “graça constitucional”, não incidindo juros de mora no período compreendido entre a conta de liquidação e a data de expedição de precatório, ou seja, 1º de julho. Em total desacordo com o previsto na Súmula Vinculante n. 17 do STF, que apenas limita a não incidência da mora aos 18 (dezoito) meses do período de “graça constitucional”.

O STJ entendeu que os juros moratórios incidem a partir da citação no processo respectivo, logo se há retardo entre a data da conta de liquidação e a data da expedição do precatório, sem que a parte tenha dado causa, não é justo deixar de incidir no cálculo final de pagamento os juros moratórios anteriores a expedição, por se tratar de verba inerente a diferença remuneratória de servidor público:

⁵⁴ STF. AI 795809 AgR. Relator: Ministro Luz Fux, Primeira Turma. Julgado: 18 dez. 2012. ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-033 DIVULG 19-02-2013 PUBLIC 20-02-2013.

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA EM CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. 8/2008-STJ).

Na hipótese de condenação da Fazenda Pública ao pagamento de diferenças remuneratórias devidas a servidor público, os juros de mora deverão ser contados a partir da data em que efetuada a citação no processo respectivo, independentemente da nova redação conferida pela Lei 11.960/2009 ao art. 1º-F da Lei 9.494/1997. Isso porque a referida alteração legislativa não modificou o momento a ser considerado como termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre obrigações ilíquidas, que continuou regido pelos arts. 219 do CPC e 405 do CC. REsp 1.356.120-RS, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 14/8/2013". (Informativo STJ n.528)

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA ENTRE A DATA DE ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS E A INSCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 168-STJ. I. A Corte Especial firmou orientação no sentido de que não incidem juros de mora nas execuções contra a Fazenda Pública, no período transcorrido entre a elaboração da conta e o efetivo pagamento, se realizado no exercício subsequente (REsp n. 1.143.677/RS, Rel. Min. Luiz Fux, unânime, DJe de 04.02.2010). II. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" - Súmula n. 168-STJ. III. Agravo improvido. (STJ - AgRg nos EREsp **1141530** / RS, CE - CORTE ESPECIAL, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJe 02/09/2010)

Como facilmente se observa, só não incidiria os juros de mora entre a conta de liquidação e o efetivo pagamento, caso este fosse efetivado no exercício subsequente. O que no presente caso, não ocorreu. Logo, se a Súmula Vinculante n.17, veda a aplicação da mora entre a expedição do precatório e o fim do período de “Graça”, ou seja, durante o prazo legal para o pagamento. Logo, não sendo pago, voltam a incidir sobre o valor do crédito em precatório os juros moratórios, que se iniciaram na citação do processo de conhecimento.

Assim, repito, neste ponto, merece acolhimento, em parte, o pleito dos agravantes, para que na atualização dos cálculos sejam computados juros de mora, entre a conta de liquidação (01/03/2001) e a data de expedição do precatórios, ou seja, até 1º de julho de 2003, donde se estanca, voltando a incidir os juros de mora em 01 de janeiro de 2005, pois, não houve o pagamento do precatório pelo ente público devedor no prazo que lhe competia fazê-lo.

Ressalte-se, ainda, que foi afastado o anatocismo, em observância à Súmula nº. 121 do STF, uma vez identificado que os juros moratórios foram capitalizados, deve-se pois, extrair qualquer nova incidência de juros sobre o montante já contabilizado na conta de liquidação. E quando da realização dos novos cálculos em razão do julgamento deste Agravo Interno, os mesmos critérios de afastamento do anatocismos devem prevalecer.

Tal prática encontra respaldo no art. 1.º-E da Lei n.º 9.494 de 10 de setembro de 1997, o qual autoriza ao Presidente do Tribunal os novos cálculos elaborados da seguinte forma:

In verbis:

Art. 1o-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001).

Desta forma, reconheço, em parte, o pedido inerente a modificação dos cálculos quanto aos juros moratórios, os quais, deverão incidir nos períodos acima elencados, fixados no percentual 1% (um por cento) a.m., até 10/12/2009, vigência da EC n.62/2009. Após, esta data eles serão calculados, nos termos da Emenda Constitucional n.62/09, ou seja, juros moratórios no mesmo percentual dos juros incidente sobre a caderneta de poupança.

b) Da Correção monetária

Quanto a correção monetária os Agravantes pedem sejam revistos todo o cálculo pertinente a fim de que seja determinado a “*própria Gerência de Precatórios refaça a atualização, obedientes, desta feita, às razões fáticas e jurídicas aqui defendidas, desta feita corrigindo os cálculos apresentados às fls.53, utilizando o índice de correção pelo INPC coletado de órgão competente, como o IBGE ou BACEN*”. **Observa-se pois, às fls.53 não existem cálculos, mas sim texto da sentença. Mas às fls.151, sim, onde está consignada a seguinte nota:** “[...] 3) *Atualização monetária do valor deste precatório, pelo INPC, da data dos cálculos até dezembro de 2009 (Emenda Constitucional n.62/09), após pela TR até a presente data [...]*”. Logo, como se vê o que se reclama não tem correspondência fática.

Grifa-se, a Gerência de Precatórios do TJPB ao realizar o ajustamento dos cálculos por determinação do Juízo Auxiliar da Presidência, da época, fez respeitando os marcos temporais de acordo com as leis, o que recentemente foi ratificado pelo Tribunal Pleno deste Sinédrio, no julgamento dos Embargos de Declaração no MS n. 0800010-95.2015.815.0000, na sessão do dia 22/junho/2016, na seguinte forma:

- 1) no período anterior a 10/12/2009, data da publicação da Emenda Constitucional n.62/2009, o valor do precatório foi atualizado com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, adotado por esta Corte como parâmetro de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública;
- 2) no período entre 10/12/2009 e 16/08/2013 (data da atualização dos cálculos -fls.151-, valores pagos em 13/11/2013), entre a vigência da EC n. 62/09 e antes do julgamento da modulação dos efeitos das ADIs 4.357 e 4.425 QO, pelo STF, a correção do presente requisitório se deu de acordo com o Índice Oficial de Remuneração Básica da Caderneta de Poupança – TR, conforme o art.100, § 2º, da CF/88;

Destarte, não há como se atender a pretensão para que sejam retificados os cálculos de fls.151, uma vez realizados em estrita observância aos ditames legais e recentemente reconhecidos por esta mesma Corte em sua composição Plenária. E mais, utilizando o mesmo índice que se reclama – INPC!

Em respeito a coisa julgada, inciso XXXVI, do art.5º, da CF/88, não se autoriza na orbe administrativa se acrescer do que não consta no dispositivo da decisão que se está a cumprir, sob pena de crime de responsabilidade e improbidade administrativa, além de nulidade absoluta do julgamento *ultra petita*.

CPC/15, Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

Consonante com este princípio, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça instituiu na Resolução n.115/2010, art.36, o seguinte:

In verbis:

§3º.A atualização dos valores dos precatórios até a publicação da Emenda Constitucional 62/09 deverá ser feita na forma das decisões judiciais que os originaram, respeitados os índices de correção monetária, os juros a qualquer título e outras verbas ou penalidades eventualmente fixadas.

In casu, ainda que o dispositivo da sentença ou do acórdão de conhecimento tenha silenciado a respeito do índice de correção a ser utilizado, a memória de cálculo apresentada pelos Agravantes, por ocasião da execução (fls.88/90), apresenta o INPC como fator de correção, índice também utilizado como referência pela Justiça Estadual para a atualização de precatórios, até a publicação da EC nº62/2009.

Do mesmo modo, infere-se que os valores originários do presente precatório foram corrigidos pelo INPC até 09/12/2009. Após, pela TR até a data do efetivo pagamento, em estrita observância à norma constitucional acima referida.

Destaque-se, outrossim, que enfrentando a matéria, o Ministro Luiz Fux, em sede de decisão monocrática⁶, determinou que os Tribunais de Justiça continuassem realizando os pagamentos dos precatórios, segundo a sistemática da Emenda Constitucional nº62/09, ou seja, aplicando, a partir de 10/12/2009 a TR (Taxa Referencial) como indexador para a correção monetária, o que foi mantido em decisão plenária pelo Supremo Tribunal Federal, em questão de ordem suscitada nos autos da ADI nº4425, conforme ementa que adiante segue:

QUESTÃO DE ORDEM. MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DE DECISÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE (LEI 9.868/99, ART. 27). POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ACOMODAÇÃO OTIMIZADA DE VALORES CONSTITUCIONAIS CONFLITANTES. PRECEDENTES DO STF. REGIME DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MEDIANTE PRECATÓRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009. EXISTÊNCIA DE RAZÕES DE SEGURANÇA JURÍDICA QUE JUSTIFICAM A

⁶ *Destarte, determino, ad cautelam*, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro.

MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA DO REGIME ESPECIAL NOS TERMOS EM QUE DECIDIDO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A modulação temporal das decisões em controle judicial de constitucionalidade decorre diretamente da Carta de 1988 ao consubstanciar instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade das leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, notadamente a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima, além de encontrar lastro também no plano infraconstitucional (Lei nº 9.868/99, art. 27). (...)

3. Confere-se eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: (i) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (b) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e (ii) ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária.

4.(...)

7. Atribui-se competência ao Conselho Nacional de Justiça para que monitore e supervisione o pagamento dos precatórios pelos entes públicos na forma da presente decisão.

(ADI 4425 QO, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 25/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-152 DIVULG 03-08-2015 PUBLIC 04-08-2015)

Logo, com base na decisão monocrática publicada em 15/04/2013, mantida em todos os seus termos por ocasião do julgamento do dia 25 de março de 2015 pelo plenário do STF, quando em pauta a “modulação dos efeitos” da declaração de inconstitucionalidade nas ADIs 4357 e 4425, cumprindo o entendimento do STF, como de direito, foi mantido pela Gerência de Precatórios o índice da TR como o indexador a ser utilizado na atualização dos precatórios desde a publicação da EC nº62/2009 até 14/11/2013, data do efetivo pagamento da verba sucumbencial.

Destarte, não merece acolhimento a insurgência com relação aos índices de correção monetária, posto que até a data da publicação da Emenda Constitucional, em 10/12/2009, o setor responsável já aplicava o INPC como indexador oficial, assim como requerem os agravantes.

c) Dos Honorários Advocatícios:

A tese do agravante no sentido da possibilidade de inclusão da verba honorária sucumbencial, sem a fase do art. 730 do CPC/73, deve ser rechaçada de plano.

Sobre esse ponto, a decisão agravada consignou que:

“No que tange aos honorários advocatícios sucumbenciais fixados no julgamento dos Embargos à Execução, entendo que deve ser mantida a sua retirada dos cálculos de atualização monetária elaborados pela Gerência de Precatórios, em face da ausência de documentos a atestar a execução de referida verba sucumbencial.

Deve-se destacar, por oportuno, que a referida decisão não constitui violação à coisa julgada, conforme alegado pelo credor, conquanto o valor fixado no julgamento dos Embargos à Execução, a título de honorários sucumbenciais, pelo menos aparentemente, não se submeteu ao rito do art.730 e seguintes do CPC”.

O art. 333 do Regimento Interno, vigente à época, é claro ao elencar a certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução como documento indispensável à formalização do requisitório.

De acordo com o art. 4.º da LINDB⁷, o uso dos costumes só é admissível em caso de omissão da lei, o que não é o caso dos autos. Por isto, nego provimento, neste ponto, mantendo a decisão pelos mesmos fundamentos.

d) Dos descontos previdenciários:

Postula o recorrente, que não seja efetivado qualquer desconto relativo à contribuição previdenciária, com fundamento na decisão do STF que suspendeu, cautelarmente, a aplicabilidade do art.32, inciso II, da Resolução nº115/10 do CNJ, que trata da retenção das contribuições previdenciárias e assistenciais de responsabilidade patronal devidas em função do pagamento aos institutos de previdência e assistência beneficiários.

No entanto, a decisão proferida pelo Min. Marcos Aurélio de Melo, nos autos do Mandado de Segurança n.º31.281, restringiu-se apenas às retenções previdenciárias e assistenciais **patronais**, nada dispondo acerca das contribuições devidas pelos credores.

Desta forma, resta mantida a obrigatoriedade de retenção das contribuições pela parte credora e já tendo sido recolhido o valor da contribuição pelo Tribunal de Justiça à ao Órgão Previdenciário, a este deve ser endereçada a pretensão, não sendo mais da esfera administrativa desta Corte.

e) Imposto de Renda:

De igual modo, *permissa venia*, a alegação de equívoco na determinação de incidência de IRPF é descabida no vertente caso.

Com efeito, havendo o auferimento de renda e ganho de capital pelo credor de precatório, perfeitamente aplicável a utilização da tabela progressiva para efeito de exação

⁷ Art. 4º - Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito

de imposto de renda, motivo pelo qual se revela totalmente descabida a alegação de incidência de alíquota de 3%.

Fixada tal premissa, o desconto deve ser feito de acordo em observância ao regramento legal disposto na Instrução Normativa n.º 1.127/11 da Receita Federal do Brasil, a qual dispõe sobre o procedimento de RRA (Rendimentos Recebidos Acumuladamente).

Destarte, já tendo sido recolhido o valor do IRPF pelo Tribunal de Justiça à Receita Federal, a esta deve ser endereçada a pretensão, não sendo mais da esfera administrativa desta Corte.

f) Da requisição dos autos no juízo *a quo*

O pleito de requisição dos autos relativos à ação de conhecimento e dos embargos opostos pelo Devedor, não merece conhecimento, uma vez que, poderia tê-lo sido feita pelo próprios agravantes com cópias autênticas, não sendo ônus deste juízo administrativo, mas sim de quem possa ter qualquer proveito. Não conheço do pedido.

EX POSITIS, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao presente Agravo Interno, para determinar incidência dos juros moratórios nos períodos compreendidos entre a data da conta de liquidação em 01/03/2001 e a data da expedição do precatório em 01/07/2003 - **excluído, pois, o período da “graça constitucional”** - bem como entre de 1º de janeiro de 2005 até 10/12/2009 (vigência da EC n.62/09) no percentual de 1,0 % (um por cento) ao mês; após esta data, os juros moratórios devem ser calculados no mesmo percentual dos juros incidente sobre a caderneta de poupança até a data do efetivo pagamento em 13/11/2013; **deduzidos os valores já efetivamente pagos nestes autos;** respeitando-se a Súmula STF n.121, a Súmula Vinculante STF n. 17 e a Resolução CNJ n. 115/2010; mantido os demais termos da decisão agravada.

É como voto.

DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Presidi a sessão, com voto, na qualidade de Decano desimpedido, em face da averbação de suspeição do Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente. *Relatoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba*. Participaram ainda do julgamento, em razão das averbações de suspeição e impedimentos dos integrantes desta Corte de Justiça, os Excelentíssimos Senhores Juízes sorteados na sessão administrativa do dia 19 de outubro de 2016 (*Portaria GAPRE n.2.199/2016 – pub. No DJE do dia 20.10.2016*), Excelentíssimos Senhores Doutores Onaldo Rocha de Queiroga, José Herbert Luna Lisboa, Euler Paulo Moura Jansen, Leila Cristiani Correia de Freitas e Sousa, Antônio Sergio Lopes, Antônio Silveira Neto, Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega, Giovanni Magalhães Porto, Cláudio Antônio de Carvalho Xavier, Silvana Pires Brasil Gouveia Cavalcanti, Kéops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires, Isaac Torres Trigueiro de Brito, Francilucy Rejane de Sousa Mota e Bruno César Azevedo Isidro. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Arnóbio Alves Teodósio (Corregedor-Geral de Justiça), bem como as Excelentíssimos Senhores Juízes Ricardo da Costa Freitas, Virgínia Gaudêncio de Novais e Giovanna Lisboa Araújo de Souza. Presente à sessão a Excelentíssima Senhora Doutora Ana Cândida Espínola, Promotora de Justiça

convocada, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Doutor Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba. Tribunal Pleno, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*”, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de dezembro de 2016.

Desembargador *João Benedito da Silva*
Presidente / Relator